

AS POSSIBILIDADES DE UM PERFIL DE ALUNO/A ENQUANTO CIDADÃO/Ã CRIATIVO/A

Inês Sousa

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Elisabete Ferreira

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Resumo

No presente artigo produzem-se algumas reflexões, a partir da mobilização de dados empíricos recolhidos durante a intervenção no estágio curricular na direção de um Agrupamento de Escolas público, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação. O foco da intervenção centrou-se no trabalho de assessoria à direção escolar, especificamente na articulação entre processos de mediação e promoção do diálogo entre os órgãos de gestão e administração e os/as alunos/as, com o intuito e a possibilidade destes participarem e influenciarem as decisões escolares. A partir da sistematização de aspetos fundamentais dos normativos legais e da análise das notas de terreno e do discurso dos/as estudantes e professores/as, percebeu-se a pertinência do envolvimento dos/as alunos/as numa *Cidadania Criativa*¹ no contexto escolar.

Palavras-chave

Gestão Democrática. Participação dos Estudantes. Cidadania Criativa.

Abstract

In the present article some reflections are produced, from the mobilization of empirical data collected during the intervention in the curricular internship towards a public school, within the scope of the Master in Educational Sciences. The focus of the intervention was focused on advising the school management, specifically on the articulation between processes of mediation and promotion of dialogue between the management and the students, with the purpose and the possibility of them participating and influence school decisions. From the systematization of fundamental aspects of the legal norms and the analysis of 'field notes' and the students and teachers discourse, it was realized the relevance of the students' involvement in a *Creative Citizenship* in the school context.

Keywords

Democratic Management. Student Participation. Creative Citizenship.

1 - Conceito referenciado em: Sousa & Ferreira, 2019^a; Sousa & Ferreira, 2019^b; Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019.

Introdução

A base empírica que servirá de base às considerações desenvolvidas neste artigo é o estágio curricular na direção de um Agrupamento de Escolas público, no Grande Porto, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, mais especificamente no domínio de Administração, Gestão e Implementação de Lideranças, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Neste sentido, importa referir que, neste artigo, se mobilizam reflexões e discussões a apresentar no relatório final de estágio.

O trabalho neste estágio passou por momentos iniciais de observação de práticas e formas de organização escolar e de liderança administrativa, a partir da direção da escola, onde se perceberam as principais preocupações: a qualidade do sucesso educativo dos/as alunos/as – “pensar nas competências que os alunos estão a desenvolver nas aulas e mesmo fora das aulas.” (Entrevista Diretor) – e a participação dos/as estudantes na escola – “nem metade dos alunos foram votar e aqui colocam-se as questões da participação.” (NT: 16/11/18).

A partir da identificação de fragilidades ou problemas apresentados pelo diretor, nomeadamente, o interesse em intensificar o envolvimento dos/as alunos/as nas decisões da direção, foi importante esta oportunidade, enquanto estagiária, de ter momentos mais interventivos, com a possibilidade de organizar atividades, dinamizar workshops e criar diferentes espaços/tempos de participação e exposição de problemas/soluções pelos/as estudantes, de forma a que estes pudessem dialogar em conjunto e partilhar ideias em assembleias de escola, contando também com a participação direta ou indireta da direção. Considera-se assim pertinente refletir sobre estas possibilidades de atuação e organização nas escolas de forma a que os/as alunos/as se possam fazer ouvir e influenciar efetivamente as decisões tomadas, ao mesmo tempo que desenvolvem competências, conhecimentos e atitudes (Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (PASEO), 2017), de forma ativa, cívica e participada (Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), 2017).

A primeira parte deste artigo, “*Conceções de Cidadania e Participação nos normativos legais*”, constitui um enquadramento e análise das políticas educativas que foram decretadas mais recentemente e que estão totalmente relacionadas com práticas de participação discente, nomeadamente, o PASEO (2017), a ENEC (2017) e o Decreto-Lei n.º 55/2018. Enquanto oportunidades e desafios direcionados às escolas, este exercício de análise e enquadramento legal é importante para refletir sobre

a idealização do perfil de aluno/a que é pensada a nível nacional e que terá evidentemente as suas particularidades e especificidades consoante cada contexto escolar, social e familiar.

Depois deste momento de síntese, a segunda parte, “*Entre a idealização e a realidade escolar: (Des)Conhecimento e (Des)Interesse*”, refere-se à análise e reflexão sobre os discursos discentes e docentes relativamente à participação dos/as alunos/as nas decisões escolares, destacando-se o desconhecimento e desinteresse, ao mesmo tempo que se chama a atenção para a necessidade de desenvolver mais deste trabalho junto dos/as estudantes.

Para finalizar considera-se importante produzir algumas reflexões quanto às possibilidades de concretização destas bases legais nas práticas quotidianas das escolas na parte intitulada “*Que Cidadãos/ãs? Conceção de Cidadania Criativa*”, pensando-se sobre o que é ser um/a cidadão/ã, a partir da possibilidade de uma gestão mais democrática, participativa e ativa. Neste sentido, constrói-se uma conceção de Cidadania Criativa, com os contributos de diferentes perspetivas teóricas e de investigação (Beltrão & Nascimento, 2000; Carvalho et al, 2005; Ferreira, 2007a, 2007b, 2012; Figueiredo, 2005; Menezes, 2005, 2007, 2011; Menezes, Afonso, Gião & Amaro, 2005; Perrenoud, 2005; Ribeiro, 2018; Sarmiento, Fernandes & Tomás, 2007; Torres, 2011).

Conceções de Cidadania e Participação em normativos legais

Considerando-se a principal problemática da intervenção, no âmbito do estágio curricular na direção de uma escola, focada na participação dos/as estudantes nas decisões da vida escolar e da possibilidade das direções possibilitarem este envolvimento e influência nas respostas definidas para cada problema da escola, é importante a construção de uma síntese das possibilidades normativas. Assim como, nesse âmbito, procurar compreender o cariz das possibilidades e das interpretações normativas que uma *autonomia decretada* (Ferreira, 2007^b) confere às escolas.

Neste sentido, a participação na decisão, com a preocupação em “fazer *com os/as alunos/as*”, liga-se diretamente ao Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória, enquanto matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas, referindo-se ao currículo, ao seu planeamento e realização, à avaliação interna e externa do ensino. Este perfil de alunos/as considera a diversidade e complexidade de uma educação para todos (UNESCO), criando para isso um perfil, que não visa

qualquer tentativa uniformizadora, mas sim criar um quadro de referência que pressuponha a liberdade, a responsabilidade, a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade que nos rodeia. (Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória, 2017, p. 5)

Criar/abrir espaços de participação e decisão dos/as alunos/as nos assuntos da escola e fundamentalmente nos assuntos que lhes digam respeito poderá potenciar de facto “pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos.” (ibidem). Os/as estudantes podem desenvolver competências e valores na escola, no seu dia a dia, em temas ou problemas que estão a viver, de forma a conseguirem responder aos desafios que terão

de enfrentar no futuro, quer seja no ensino superior ou no mercado de trabalho ativo. Mais do que terminarem a escolaridade obrigatória, para seguirem qualquer um dos percursos possíveis, estes/as alunos/as deverão conseguir tomar decisões livres e bem fundamentadas, participando nos assuntos e debates que são importantes para si, de forma consciente e responsável (ibidem).

Educar no século XXI exige a perceção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções. (Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória, 2017, p. 10)

A possibilidade dos/as alunos/as participarem nos órgãos de administração e gestão escolar implica que conheçam os assuntos possíveis de serem debatidos, algum trabalho de pesquisa sobre o que podem ou não propor, conhecimento sobre os membros presentes e os cargos ocupados. Este exemplo de participação dos/as alunos/as pode servir para pensar como desenvolver as capacidades “de participação cívica, ativa, consciente e responsável.” (ibidem, p.10) equacionadas como o centro das aprendizagens no perfil de alunos/as.

O trabalho de intervenção no contexto de estágio foca estas questões de participação dos/as alunos/as na tomada de decisão, como objetivo de desenvolver nos/as alunos/as um sentimento de pertença e interesse pela escola, ao mesmo tempo que desenvolve valores como a “curiosidade, reflexão e inovação”, fortalecendo um pensamento reflexivo, crítico e criativo, procurando sempre novas soluções para os problemas que têm de enfrentar; “cidadania e participação”, no sentido em que têm de negociar soluções para os conflitos que surjam, argumentando sobre a sua opinião, mas com capacidade de ser solidário e colocar-se no lugar do outro quando necessário; e a “liberdade”, enquanto valor que permite manifestar a sua autonomia, com base em democracia, cidadania, equidade, respeito mútuo e livre escolha. A identificação destes valores é importante para se perceber as possibilidades que uma maior atenção à participação dos/as alunos/as nos assuntos escolares pode potenciar na sua formação académica e futuro profissional (ibidem).

No que diz respeito às competências estruturadas no perfil dos/as alunos/as destaca-se o “pensamento crítico e criativo”, na forma como se identifica, analisa e dá sentido às experiências vividas e às aprendizagens que podem advir dessas vivências, decidindo de forma fundamentada e, ao mesmo tempo,

inovadora; “relacionamento interpessoal”, adequando comportamentos consoante os contextos/momentos de partilha, colaboração e competição, procurando trabalhar em equipa, de forma negociada e aceitando as diferenças de cada um/a; e as competências no “desenvolvimento pessoal e autonomia”, baseando-se na confiança em si próprios, conseguindo refletir de forma crítica sobre o seu próprio trabalho ou sobre as suas decisões, desenvolvendo o espírito de iniciativa e autonomia (ibidem).

As competências referidas no Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória vão de encontro ao que é dito na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), no sentido em que esta se refere a uma formação cidadã, que dê aos futuros/as adultos/as uma “conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática” (ENEC, 2017, p.1).

Esta estratégia estrutura uma formação de cidadania em processos vivenciais, por crer que não se aprende por processos retóricos ou pelo ensino transmissivo (ibidem), procurando-se que os/as alunos/as sejam capazes de participar, observar, refletir, criticar e sugerir, para melhorarem aquilo que acham necessário na escola, mas sobretudo que aprendam-fazendo, tendo de discutir com outros colegas o que é melhor e percebendo que pode haver entraves à sua participação da parte dos órgãos de gestão, mas são aprendizagens essenciais no que diz respeito às atitudes, valores, regras e práticas quotidianas, que só será possível num “clima aberto e livre para a discussão ativa das decisões que afetam a vida de todos os membros da comunidade escolar.” (ENEC, 2017, p.10).

O mais recente normativo legal que importa sintetizar neste enquadramento é o Decreto-Lei n.º 55/2018, com algumas mudanças no que diz respeito à organização do ano letivo. Mudanças decretadas, uma vez que muitas escolas afirmam já trabalhar no sentido de desenvolver nos/as alunos/as “competências que lhes permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos.” (Decreto-Lei n.º 55/2018) e dizem já usar a sua autonomia para poderem entrar em diálogo com os/as alunos/as, as suas famílias e a comunidade em geral. Considera-se este decreto-lei uma (re)organização de alguns normativos recentes, uma vez que faz referência ao PASEO (2017), estabelecendo-se, no Decreto-Lei 55/2018, o currículo segundo os conhecimentos e capacidades que os/as alunos/as devem alcançar

no final da escolaridade obrigatória, referindo em diferentes momentos múltiplas competências, pela transdisciplinaridade das aprendizagens. Refere-se também à ENEC (2017), definindo como componente letiva a disciplina de Cidadania e desenvolvimento, tendo assim em conta uma cultura de democracia e uma “atitude cívica individual” (ibidem).

Porém, além de sintetizar diversos documentos legais que já foram analisados neste momento de contextualização normativa, relevam-se alguns aspetos deste decreto-lei, no que diz respeito ao enquadramento da principal problemática do estágio, em que é essencial focar aspetos que dizem respeito à participação dos/as alunos/as nas decisões que são tomadas dentro do ambiente escolar. Em determinados momentos refere-se a tomada de decisões a nível curricular e pedagógico apenas “pelos escolas e pelos professores”. Mas, por outro lado, na alínea 6 do artigo 19.º é dito que

6 — As escolas devem promover o envolvimento dos alunos, definindo procedimentos regulares de auscultação e participação dos alunos no desenho de opções curriculares e na avaliação da sua eficácia na aprendizagem. (Decreto-Lei n.º 55/2018).

Neste sentido, percebe-se que há preocupações com a participação dos/as estudantes e é referida a necessidade de ter em conta os/as alunos/as nas decisões que são tomadas, tendo estes de ter também um papel de autores/as, de forma a proporcionar-lhes situações de aprendizagens significativas e de responsabilidade partilhada (ibidem).

Entre a idealização e a realidade escolar: (Des)Conhecimento e (Des)Interesse

Com este enquadramento político-educativo por base desenvolveu-se um estágio curricular na direção de um agrupamento de escolas público, com cinco escolas básicas de 1.º ciclo, quatro destas com jardim de infância integrado, um outro jardim de infância e a escola básica e secundária - a sede do agrupamento - numa zona periurbana rural, com falta de transportes e algum isolamento face ao centro do concelho. Mas no que diz respeito aos contextos familiares, económicos e sociais, percebeu-se muito preocupação e esforço das famílias, para acompanharem os seus educandos, respeitando e apoiando o trabalho dos/as docentes e da direção. Este agrupamento de escolas tem uma população discente de 974 alunos e alunas, distribuídos entre 130 no pré-escolar (jardim de infância); 214 no 1.º ciclo; e 630 na escola básica e secundária.

Durante o tempo de permanência na escola básica e secundária construiu-se um desenho de investigação, em conjunto com os atores do contexto, de forma a elaborar-se “métodos especiais adaptados ao seu objeto particular” (Hadji, 2011, p.75), sendo essencial nesta intervenção “(...) perceber, através da voz dos jovens, como definem o seu bem-estar na escola, como e quando se sentem bem na escola (...) Escutar os jovens e (re)pensar o seu lugar na vida da escola (...)” (Silva, 2013, p.5). Assim, é essencial destacar a pertinência de ter em conta a subjetividade e interioridade dos sujeitos (Amado, 2013), as diferentes zonas de luz e sombra, força e fraqueza (Santos, 2008) e os pontos de vista, sentimentos e pensamentos de cada um/a (Bourdieu, 2001).

A partir deste enquadramento metodológico que

centra um trabalho aproximado aos/às alunos/as para se perceber as suas principais questões e interpretações, foi essencial a observação participante, enquanto “participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada” (Gil, 2008, p.103), com uma postura e atitude empenhada que permite informar-nos de como se faz no contexto e do porquê de se fazer assim (Amado, 2013). Deste processo de observação resultam as notas de terreno, com “o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo.” (Bogdan & Biklen, 1994, p.150).

Apesar da observação participante e notas de terreno serem centrais e ocuparem a maior parte do tempo de estágio foi também essencial: a entrevista ao diretor da escola, para obtenção de dados importantes à investigação (Gil, 2008) e as várias ações de formação/workshops dinamizados para toda a comunidade educativa, enquanto importantes momentos de intervenção para a recolha de dados e contacto direto com os atores. No que diz respeito aos workshops procurou-se enquadrar esta metodologia na teoria sobre métodos de intervenção em educação, a partir da qual se destacam as estratégias de intervenção de Menezes (1999, 2003) relativamente à *clarificação de valores* (Menezes, 1999), com o objetivo de tomada de consciência das alternativas ao dispor, das opções tomadas e das consequências quem advém dessa decisão (ibidem), apoiando “os alunos a consciencializar as suas opções pessoais, através de uma diversidade de atividades específicas (...) no contexto de um grupo.” (Menezes, 1999, p. 69). Uma outra estratégia de intervenção é a *Comunidade Justa* (Menezes, 2003, p.278), que surge para “(...) instituir procedimentos que garantam uma democraticidade e envolvimento dos alunos na definição das regras e na gestão de comportamentos problemáticos (...)” (ibidem, p. 278)

Estes workshops desenvolvidos com os/as estudantes, assim como toda a intervenção na direção da escola, objetivam a tomada de decisão em assuntos escolares de forma conjunta e participativa, entre estudantes, professores e órgãos de gestão e administração e, por isso, considerou-se pertinente informar, discutir e refletir sobre diferentes temas nestes momentos de encontro. Num primeiro momento de enquadramento e sensibilização dos/as alunos/as para estas questões da participação e tomada de decisão organizou-se um workshop sobre Cidadania Global e Educação para o

Desenvolvimento, com a participação de acadêmicos e investigadores - a orientadora de estágio e mais um investigador na área - sobre “O que posso fazer na escola e no mundo?”, do qual surgiram debates interessantes, reflexões pertinentes e novas ideias.

Depois de vários meses no contexto e de se perceber diferentes preocupações e necessidades no discurso dos/as alunos/as e professores/as foi essencial dar mais informação sobre os direitos e deveres discentes, a partir do estatuto do aluno (Lei n.º51/2012) e do regulamento interno da escola, uma vez que em diferentes momentos estes alegam não saber onde e como podem participar. Neste “Workshop de Ideias” foi essencial o trabalho em pequenos grupos e seguidamente discussão em grande grupo, para debate de ideias, apresentação de problemas e sugestões e de prioridades na escola.

A partir deste desenho de intervenção e das opções metodológicas resulta uma análise e reflexão sobre os dados empíricos recolhidos durante o estágio. Em primeiro lugar, foi possível perceber o desconhecimento e algum desinteresse quanto à possibilidade de alunos/as participarem nos assuntos da escola, nomeadamente, nas reuniões do conselho geral, por onde passam os assuntos mais importantes da escola: “aquilo que o diretor estava a dizer sobre a participação no conselho geral nós não sabíamos. Só sabe quem lá está” (Estudante, NT 31/01/19); “Só quem está com o cargo agora é que sabe que existe, porque ninguém da escola sabe disso” (Estudante, NT 20/03/19). Percebe-se aqui fragilidades ao nível das eleições entre alunos/as para assento no conselho geral, uma vez que referem não saber que existe e os poderes que lhes são conferidos.

Além do desconhecimento dos/as estudantes percebe-se também algum desinteresse e despreocupação por parte destes/as quando referem que “isso não é estimulado pelos professores e por isso os alunos não se interessam minimamente” (Estudante, NT 14/02/19), “Não vai haver muita adesão das pessoas, porque não há interesse nesses temas” (Estudante - NT 14/02/19), o que é compreendido também pelas percentagens de votação/abstenção dos/as estudantes para a Associação de Estudantes, em que apenas 42% dos/as alunos/as da escola foram votar:

Ou seja, nem metade dos alunos foram votar e aqui colocam-se as questões da participação. Não há interesse em participar? Não há conhecimento das eleições? Não sabiam quando era? Não sabiam sobre o que era? Pouca divulgação da lista ou das eleições? (NT: 16/11/18)

Este mesmo desconhecimento é entendido no discurso de professores (membros da direção) ao afirmarem que reconhecem que “nós [direção] somos como aqueles pais que super protegem os filhos, ficam aqui na escola durante muito tempo e ficam um bocado fechados a essas questões” (Professor/a, NT 10/01/19) e que, por isso, “Vai ser difícil, vai ser uma luta porque eles não estão habituados” (Professor/a, NT 03/01/19). Estas duas citações de discurso são de dois momentos distintos, mas referem-se à mesma ideia: não é prioritária a participação dos/as estudantes no trabalho desenvolvido na escola, o que não significa que não se reconheça a importância de começar a priorizar:

Entretanto decidi ir à secretaria questionar se tinham entregue alguma proposta de lista a associação de estudante e disseram que houve uma (...) Dei depois essa informação ao professor X que pareceu triste com a falta de participação dos estudantes. (Professor/a: NT 9/11/18)

Mas se fizéssemos um encontro com eles para falar sobre os resultados ou outra coisa qualquer, quarta às 17h45 íamos ver quem vinha. Eu até gostava de fazer para ver de facto qual é a adesão, participação. (Professor/a, NT 10/01/19)

Os nossos alunos não estão habituados a argumentar (...) E acho que esse é um trabalho que nós ainda não fizemos e eu acho importante fazer (Entrevista Diretor, 7/11/18)

O Professor X foi pensando e refletindo sobre estas questões enquanto me falava da dificuldade de incluir [os/as estudantes] às vezes, umas vezes porque acham que os alunos não precisam de intervir em determinadas situações e outras vezes porque não se sente a pressão dos alunos para participarem mais. (Professor da Direção, NT: 10/01/19)

Apesar destes discursos indicarem (des)interesse e (des)conhecimento por parte dos/as alunos/as, é também importante relevar que noutros momentos o discurso é diferente, quando estes/as percebem que “Nós podemos decidir tudo” (Estudante - NT 20/03/19). Na perspetiva de alguns/as alunos/as é importante uma maior participação nas decisões escolares, mas referem que:

Nesta escola são propostas poucas assembleias de alunos, talvez pelos alunos não comparecerem ou pelos alunos não demonstrarem importância nos problemas da escola. (Grupo de estudantes no Workshop de Ideias, NT 20/03/19)

Os alunos também fazem parte, eles devem apresentar propostas, falar de assuntos oportunos, como exemplo, o melhoramento de algumas instalações, da comida (Grupo de alunos no Workshop de Ideias – NT: 20/03/19)

Assim como na perspectiva dos/as professores/as:

Disse-me [um dos professores da direção] que de facto é essencial para [os/as estudantes] poderem desenvolver um conjunto de competências, mas também está relacionado com uma “cultura de escola” (...) Os alunos participam mais ou menos consoante aquele que é o potencial que se dá a essa participação. Se é mais valorizado ou não, se há mais ou menos oportunidades, se essas oportunidades são efetivas na participação e não um “faz de conta”. (NT: 08/03/19)

Eu acho que um dos principais objetivos desta AE deveria ser uma maior participação dos alunos na vida da escola (Professor da Direção, NT: 03/01/19)

Estas perceções de (des)conhecimento e (des)interesse vão de encontro ao estudo desenvolvido na década de 90 do séc.XX por Ferreira (2007a; 2013) referindo dados empíricos de escuta dos/as jovens na escola sobre questões de desenvolvimento da autonomia das escolas e da participação dos/as alunos/as nos órgãos de gestão, em que estes/as jovens afirmam que reina a hipocrisia (Ferreira, 2007a, p.74), porque apenas se cumprem as formalidades legais do projeto, quando na realidade não sentem que tomaram posse nos órgãos onde deveriam participar, “(...) o sentimento dos jovens era de que as suas opiniões não seriam consideradas nem valorizadas; eles ocupavam os lugares ou eram escutados só porque a lei assim o exigia e daí o sentimento de hipocrisia.” (Ferreira, 2007b, p.356).

Porém, considera-se que é possível outra abordagem, através de mais conhecimento e informação aos/às estudantes sobre os seus direitos e deveres na escola; mediação da comunicação e diálogo entre estudantes e órgãos de gestão e administração; e reconhecimento da pertinência deste trabalho conjunto e participado – *Cidadania Criativa* (Sousa & Ferreira, 2019a; Sousa & Ferreira, 2019b; Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019)

Que Cidadãos/ ãs? Conceção de Cidadania Criativa

A partir da análise dos diferentes normativos legais, que têm desafiado as escolas a ter em conta as vozes dos/as estudantes na organização escolar e nas decisões tomadas, percebe-se que estas questões são efetivamente evidenciadas, mas é importante ter em consideração as práticas escolares e o que é o dia a dia nas escolas, visto que não se consideram possíveis situações em que “Os investigadores criam modelos, os governantes legislam e a sociedade civil executa, sem que se estabeleçam corredores comunicativos entre todos.” (Beltrão & Nascimento, 2000, p.69). Coloca-se aqui a questão “O que é ser cidadão?”, à qual respondem diferentes autores e investigadores, com diversas posições e formas de construção do pensamento. Segundo Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007) cidadania corresponde a um estatuto político, reconhecendo e usufruindo de direitos cívicos, políticos e individuais de natureza social, como a proteção, alimentação educação e saúde, ao mesmo tempo que impõe obrigações e deveres do cidadão para com a comunidade (ibidem).

Na perspectiva de Menezes (2005) podem existir cidadãos mais ativos ou passivos e esta condição advém da (in)competência de cada um/a para exercer os seus direitos de forma ativa, o que não significa que não detenha estes direitos legais e sociais e que estes não tenham de ser respeitados (ibidem). Nesta perspectiva, é cidadão/ã quem participa na sociedade, mas quem o faz de uma forma menos ativa não deixa de pertencer e ser igualmente respeitado (ibidem). Menezes, Afonso, Gião e Amaro (2005) referem duas dimensões do ser cidadão, uma associada aos movimentos sociais, isto é, defesa dos direitos humanos, ambiente, causas sociais, protestos contra leis injustas; e outra a que chamam de “Cidadania Convencional” (ibidem, p.67), que diz respeito ao voto, ao respeito pelo governo, ser militar de um partido, discutir política, seguir as notícias dos media. Ou seja, na primeira está implicada

uma participação mais ativa e reclamada, que apela à mobilização de cada cidadão/ã para ver os seus direitos respeitados, comprometendo-se, ao mesmo tempo, com o cumprimento dos seus deveres. A segunda estará numa perspetiva mais passiva, em que se segue as ações e movimentos de outros/as cidadãos/ãs através das notícias, esperando a concretização e respeito pelos seus próprios direitos. Neste estudo de Menezes, Afonso, Gião & Amaro (2005) conclui-se que “é dada primazia pelos alunos portugueses à cidadania associada a movimento sociais.” (Menezes, Afonso, Gião & Amaro, 2005, p.67), isto é, os/as estudantes consideram que ser cidadão é ter uma participação mais ativa através de movimentos sociais. Mas isto é concretizado no dia a dia de cada um/a? “Os jovens comportam-se como cidadãos em formação que se envolvem tentativa e timidamente em experiências na vida política ou são atores políticos de facto?” (Menezes, 2011, p.335-6). A escrita deste artigo tem como base uma conceção de cidadão participativo e ativo no seu dia a dia, quer seja na escola, em casa, na rua ou nas suas relações interpessoais. Uma forma de cidadania que se constrói nos diferentes espaços de (con)vivência, para o desenvolvimento da sua autonomia e igualdade de direitos (Carvalho et al., 2005), possível de se construir com processos “de “mãos na massa” em que os alunos têm oportunidade de experienciar, à medida da sua idade e nível de desenvolvimento, uma *cidadania-em-ação*.” (Menezes, 2007, p.32). Neste sentido, evidencia-se a necessidade de organizar práticas educativas que promovam as capacidades pessoais e sociais dos/as jovens, para que estes possam dar um contributo para a sua própria definição de cidadania (Menezes, 2005), possibilitando-lhes trabalhar e treinar esta forma de *cidadania-em-ação* (Menezes, 2007, p.32), iniciando-se desde logo na própria gestão e organização escolar, que poderá ser trabalhada através de práticas comunicativas e de um trabalho conjunto. Nesta perspetiva participativa faz sentido um perfil de liderança mais próximo do colegial, entre os diferentes membros da direção, em permanente abertura e diálogo com toda a comunidade educativa, “perspetivando a participação e a coresponsabilização como dimensões da vida coletiva, relacionada com a missão mais democratizadora de escola.” (Torres, 2011, p.101). Esta forma de liderança e organização institucional permite a criação de “espaços organizacionais de relação e de comunicação” (Ferreira, 2012, p.69),

em permanente interação social, exigindo uma comunicação estável e facilitada (ibidem), uma vez que não se considera possível promover formas de participação social e cívica nas escolas “se elas próprias não forem contextos facilitadores de uma vivência democrática que possibilite aos alunos oportunidades de participação” (Carvalho et al., 2005, p.7).

Na perspetiva de Sarmento, Fernandes & Tomás (2007) é essencial confrontar-se o sentido das políticas públicas com a presença efetiva das crianças como destinatários e intérpretes, visto que “O confinamento da infância a um espaço social condicionado e controlado pelos adultos produziu, como consequência, o entendimento generalizado de que as crianças estão «naturalmente» privadas do exercício de direitos políticos.” (Sarmento, Fernandes & Tomás, 2007, p. 184), enquanto cidadãos do futuro, que no presente estão afastadas do coletivo (ibidem). Neste sentido, considera-se que a participação das crianças no espaço público exige que as estruturas e instituições as envolvam, no sentido de criar oportunidades de decisão das crianças sobre aspetos que dizem diretamente respeito ao seu quotidiano escolar, o que “(...) possui uma iniludível dimensão política e põe em relevo a necessidade que as crianças têm de dirimir entre valores e opções distintas.” (Sarmento, Fernandes & Tomás, 2007, p. 197). Segundo as diferentes conceções de aluno/a e cidadão/a mobilizadas neste artigo, constrói-se a ideia de *Cidadania Criativa* (Sousa & Ferreira, 2019a; Sousa & Ferreira, 2019b; Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019), enquanto possibilidade de desenvolvimento de competências de espírito crítico e argumentação nos/as jovens, ao participarem na tomada de decisões escolares, uma vez que “ninguém nasce ensinado e que essas competências se adquirem por aprendizagem ou treino” (Ribeiro, 2018, p.194). Participação enquanto presença dos/as jovens nos órgãos de gestão e administração e nos momentos importantes de decisão, mas também com novas ideias e poder de exposição de problemas sentidos, de forma a ser possível influenciar efetivamente o que é definido e encontrando respostas criativas e solidárias, bem como oportunidades para desenvolverem projetos e novos modos de associação. Esta necessidade dos/as jovens terem mais interesse pela sua própria participação, criando associações, programas, projetos ou outras respostas, trabalhando com os/as restantes colegas, dando as suas opiniões e formulando soluções que façam sentido para cada

um/a deles/as e para a sua escola/agrupamento de escolas. Ribeiro (2018) afirma que é essencial *ensinar criatividade*, de forma a construir propostas/respostas que vão de encontro às suas *motivações cognitivas* e isto é possível se os/as professores/as apoiarem a curiosidade dos/as seus/as alunos/as, proporcionarem-lhes experiências mais desafiantes, criarem espaço para estes exprimirem as suas ideias, incentivarem-nos a investigar e a exporem o que encontraram (Ribeiro, 2018). De acordo com a perspetiva deste professor investigador “(...) uma condição para que estas [atividades] sejam *criativas* é disporem da liberdade que a criação sempre requer.” (Ribeiro, 2018, p.200). Na mesma linha de raciocínio de Ribeiro, o *Projecto CRIA-SE*, desenvolvido no final do séc.XX por Ribeiro, Lopes, Pereira, Barbosa, Fidalgo e Sousa (1997), centra a dimensão criativa no trabalho escolar quotidiano de forma a perceber os efeitos no desenvolvimento dos/as alunos/as, a partir da integração de dinâmicas educativas criativas em duas escolas primárias e dois jardins de infância. Neste projeto e na perspetiva dos/as autores/as a noção de criatividade foca a capacidade de pensamento divergente e a “capacidade de identificar, formular e resolver problemas” (Ribeiro, Lopes, Pereira, Barbosa, Fidalgo e Sousa, 1997, p.7). Perrenoud (2005) refere-se a três formas de agir necessárias de ter em conta para ser possível educar para a cidadania e que vão de encontro à conceção de *Cidadania Criativa* aqui construída. Em primeiro lugar é referida a necessidade de permitir que cada um/a construa os seus conhecimentos e desenvolva as suas competências, para serem capazes de responder à complexidade do mundo e da sociedade, formulando opiniões bem fundamentadas e defendendo os seus pontos de vista através da argumentação (ibidem). O trabalho desenvolvido no estágio curricular tem isto em conta, no sentido em que se pensam tempos e espaços para os/as alunos/as falarem sobre os problemas e necessidades na escola, fundamentando ideias e soluções a apresentar nos órgãos de gestão e administração. A segunda forma de agir sugerida por Perrenoud (2005) tem a ver com uma postura reflexiva e discutida, “em vez da submissão à autoridade da ciência ou do professor” (ibidem, p.12), apelando ao desenvolvimento de uma cidadania que se baseia no debate entre ideias diferentes para se encontrarem consensos, ao invés da acumulação de conhecimentos fragmentados para responder corretamente nos exames. A terceira sugestão é a construção de

tempos, meios e competências para que seja possível um trabalho intensivo e continuado sobre valores de democracia (ibidem), de forma a que seja percebido como prática e forma de gestão democrática, “defendendo que é o contexto institucional da escola que é fundamental para a aprendizagem da Cidadania.” (Figueiredo, 2005, p.23).

Neste sentido, define-se *Cidadania Criativa* enquanto processo permanentemente participativo, discutido, ativo e criativo, com espaços e tempos escolares para criarem e construírem em conjunto, com o objetivo de “(...) encontrar a melhor solução para determinado problema, [sendo que] as ideias assim produzidas são sujeitas a discussão, abandonadas umas, outras aperfeiçoadas, até se chegar a uma opção consensual.” (Ribeiro, 2018, p.223).

No decorrer do tempo de observação participativa no contexto de estágio perceberam-se alguns momentos em que os/as estudantes se conseguiram aproximar desta conceção de *Cidadania Criativa*, ao demonstrarem iniciativa e interesse em organizar uma recolha de alimentos depois do Natal, com o slogan “Passou a época de receber está na hora de dar”, da qual resultou uma participação importante de toda a comunidade escolar.

Um outro exemplo pode ser a decisão de um grupo de estudantes para a organização de um clube de informática, programação e montagem, pensando em tudo o que iam precisar (sala, computadores, ajuda de professores/as...). Estes e outros exemplos recolhidos podem ser considerados como os primeiros passos de muito trabalho a desenvolver com crianças e jovem que não têm hábitos de participação, mobilização e discussão.

Considerações Finais

Entendeu-se como relevante alguma sistematização de alguns aspetos normativos e teóricos sobre a participação dos/as estudantes nas decisões escolares, no sentido de refletir sobre o tipo de perfil de aluno/a que se está a construir com estas possibilidades de organização escolar mais participativa e cívica. Porém sabe-se que não basta ser decretado ou pedido à escola enquanto desafio para as práticas diárias, sendo essencial um processo contínuo e com sentido para a escola, de forma a promover-se, em cada atividade ou situação do dia a dia, oportunidades para o desenvolvimento de “conhecimentos, atitudes e competências instrumentais para a cidadania.” (Menezes, Afonso, Gião & Amaro, 2005, p.84).

A proposta que se construiu, a partir das observações e experiências no estágio, consiste na criação e dinamização de uma estrutura na escola, que intitulamos de Laboratório de Ação Pedagógica e Educativa (Sousa & Ferreira, 2019a; Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019), enquanto espaço de encontro entre os interesses e necessidades dos/as estudantes e a prática de mediação e intervenção a partir da assessoria à direção do agrupamento, coordenada por um/a profissional em Ciências da Educação.

Following an interactive epistemology (Correia, 2018) in the course of this work we imagine a conceptualization and implementation of the Pedagogic and Educational Action Lab which senses are built with educational sciences specialists and as an innovative practice in development according to the directions from the respective schools. (In Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019).

Neste espaço de assessoria à direção, de diálogo e articulação entre os diferentes órgãos e atores educativos promove-se o envolvimento dos/as alunos/as nas decisões escolares. Parece-nos assim essencial destacar que este projeto de intervenção poderá ser adaptado a todas as escolas do país, contando com a coordenação de um/a profissional de Educação para observar e entender as práticas e problemáticas da comunidade educativa. Trata-se de construir com os/as alunos/as, de forma conjunta e participada, respostas satisfatórias, que visem um plano de ação, com diversos momentos de encontro, sessões de sensibilização, ações com toda a comunidade, etc., consoante aquilo que for

percebido como importante para a escola. Desta forma, a ideia não é definir-se uma matriz ou “receita” para ser diretamente implementada nas escolas, mas conhecer propostas, sugestões e soluções resultantes de uma ação coordenada entre a direção, os/as professores/as, os/as alunos/as, os/as funcionários/as e os restantes órgãos escolas.

Referências

- Amado, João (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Beltrão, Luísa & Nascimento, Helena (2000). *O Desafio da Cidadania na Escola*. Lisboa: Editorial Presença.
- Bogdan, Robert & Biklen, Sari Knopp (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bourdieu, Pierre (2001). *Compreender. A Miséria do Mundo*. (pp. 693-713). Petrópolis: Editora Vozes.
- Carvalho, Carolina; Sousa, Florbela de & Pintassilgo, Joaquim (2005). *A educação para a cidadania: como dimensão transversal do currículo escolar*. Porto: Porto Editora.
- Ferreira, Elisabete (2007a). A hipocrisia reina nas escolas: A propósito da autonomia e da tomada de posse dos jovens na escola. In Leite, Carlinda & Lopes, Amélia (Orgs.) *Escola, currículo e formação de identidades: Estudos investigativos* (pp.73-92). Porto: Asa.
- Ferreira, Elisabete (2007b). (D)Enunciar a Autonomia: Contributos para a Compreensão da Génese e da Construção da Autonomia na Escola Secundária. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Ferreira, Elisabete (2012). (D)Enunciar a Autonomia: Contributos para a compreensão da génese e da construção da autonomia escolar. Porto: Porto Editora.
- Ferreira, Elisabete; Sousa, Inês; Mendes, Ana & Almeida, Bruno (2019). Reflections on Professionalism in Educational Sciences: Internships in School Management. Livro de Resumos do 12.º Encontro de Investigação Jovem da Universidade do Porto (IJUP), Reitoria da Universidade do Porto, 13 a 15 de fevereiro, p. 402. Disponível em: <https://ijup.up.pt/2019/wp-content/uploads/sites/269/2019/02/LivroResumosIJUP2019.pdf> .
- Figueiredo, Carla Cibele (2005). Formação Cívica: E agora, um tempo para reflectir? In Carolina Carvalho, Florbela de Sousa & Joaquim Pintassilgo (Eds.) *A educação para a cidadania: como dimensão transversal do currículo escolar* (pp.23-36). Porto: Porto Editora.
- Gil, António Carlos (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Hadji, Charles (2011). Que relação com o verdadeiro envolve o acto educativo? In Hadji, Charles & Baillé, Jacques (orgs.) *Investigação e Educação* (pp.73-84). Porto: Porto Editora.
- Menezes, Isabel (1999). *Desenvolvimento Psicológico na Formação Pessoal e Social*. Porto: Edições ASA.
- Menezes, Isabel (2003). A intervenção para a resolução de conflitos ao nível da escola e da comunidade. In Maria Emília Costa (Ed.) *Gestão de Conflitos na Escola* (258-299). Lisboa: Universidade Aberta.
- Menezes, Isabel (2005). De que falamos quando falamos de cidadania? In Carolina Carvalho, Florbela de Sousa & Joaquim Pintassilgo (Eds.) *A educação para a cidadania: como dimensão transversal do currículo escolar* (pp.13-22). Porto: Porto Editora.
- Menezes, Isabel (2007). Evolução da Cidadania em Portugal. Atas do 3.º Encontro de Investigação e Formação: *Educação para a Cidadania e culturas de Formação* (pp. 17-34). Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Menezes, Isabel (2011). Da (inter)acção como alma da política: Para uma crítica da retórica «participatória» nos discursos sobre os jovens. In J. M. Pais & V. S. Ferreira (Eds.), *Jovens e rumos* (pp. 333 351). Lisboa: ICS.
- Menezes, Isabel; Afonso, Maria Rosa; Gião, Joana & Amaro, Gertrudes (2005). *Conhecimentos, concepções e práticas de cidadania dos jovens portugueses*. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Perrenoud, Philippe (2005). *Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed.
- Ribeiro, Agostinho; Lopes, Amélia; Pereira, Fátima; Barbosa, Luísa; Fidalgo, Manuela & Sousa, Marília (1997). *Projeto CRIA-SE: Educar e formar para a criatividade*. Santa Maria da Feira: Rainho & Neves, Lda.
- Ribeiro, Agostinho (2018). *O Mistério da Criatividade: Teorias e práticas criativas nas ciências e nas artes, na vida quotidiana e na educação*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (2008). Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 5-10.
- Sarmiento, Manuel Jacinto; Fernandes, Natália & Tomás, Catarina (2007). *Políticas Públicas e Participação Infantil. Educação, Sociedades e Culturas*, nº25, 183-206.
- Silva, Ana Inês Guimarães Bastos (2013). *O Bem-Estar discente: Do conto educativo à compreensão de narrativas juvenis*. Prova de Qualificação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Sousa, Inês & Ferreira, Elisabete (2019a). *Cidadania Criativa: a Participação dos/as Estudantes na Tomada de Decisão Escola*. Forum Português de Administração Educativa. Disponível em: <http://www.fpae.pt/publication/cidadania-criativa-a-participacao-dos-as-estudantes-na-tomada-de-decisao-escolar/> .
- Sousa, Inês & Ferreira, Elisabete (2019b). Participação e Cidadania Criativa: o trabalho com os estudantes a partir de uma escola Básica e Secundária. Resumo

aceite para comunicação no III Congresso Internacional “Envolvimento dos Alunos na Escola: Perspetivas da psicologia e educação”. IE-UL, 15 a 17 de julho.

Torres, Leonor Lima (2011). A Construção da autonomia num contexto de dependências: Limitações e possibilidades nos processos de (in)decisão na escola pública. *Educação, Sociedades & Culturas*, nº32, 37-109.

Webgrafia

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Ministério da Educação. Acedido a 20 abril. 2018.

Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/estrategia_cidadania_original.pdf

Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho). Acedido a 2

março. 2018. Disponível em http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho do Ministério da

Educação. Diário da República: n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06. Acedido a 10 setembro. 2018. Dispo-

nível em www.dre.pt